O SINO DO SAMUEL

Jornal da Faculdade de Direito da UFMG

Ano 2 | Nº 12 | Belo Horizonte | Abril de 2015

Pelo menos 500 visitantes circulam pela biblioteca diariamente

As melhorias na biblioteca da Faculdade de Direito não param

Composta por um acervo de cerca de 60 mil livros, a Biblioteca Lydio Bandeira de Mello é considerada uma das mais importantes na área jurídica do Brasil. O espaço vem passando por ajustes desde 2014 e já conta com melhorias estruturais, readequação dos ambientes físicos, redimensionamento do número de pessoal, higienização de todos os setores e padronização dos processos de organização interna. Os próximos passos são a identificação e a preservação de obras raras, oriundas do acervo doado por Assis Chateaubriand, que estão sendo preparadas para circulação.

Página 3

Veja nesta edição:

HeinOnline reúne em torno de 2.000 periódicos para pesquisa

Pág. 6

Área para notícias é ativada no site da Faculdade

Pág. 7

Alunos que compõem a Inovar falam sobre a necessidade da reforma curricular

Pág. 8

O saber é uma pérola

Livros, conhecimento, pesquisa, tudo está interligado. É o que demonstra a edição de abril d´**O Sino do Samuel**, que traz uma matéria especial sobre a Biblioteca Lydio Bandeira de Mello, da Faculdade de Direito da UFMG. A reportagem aborda os detalhes sobre o acervo e as mudanças que vêm sendo realizadas desde 2014 no setor. E ressalta que há muito a ser melhorado e ampliado, afinal, os livros são as joias da Casa de Afonso Pena e devem ser tratados como tais.

Ainda no âmbito da pesquisa, o HeinOnline também ganha espaço nesta edição. Esse banco de dados disponibiliza para a comunidade acadêmica periódicos, leis e relatórios da área jurídica, além de dar acesso a documentos internacionais, como os da Suprema Corte dos Estados Unidos. E mais: o portal de periódicos da Capes é mais uma opção para alunos e professores realizarem pesquisas e aproveitarem o vasto acervo on-line.

Essas ferramentas reforçam a valorização do saber contido nos livros e nas informações de fontes on-line especializadas, que servem de apoio à pesquisa e ao ensino na Universidade. Mais do que a professores e alunos, esse conhecimento atende à sociedade. Acompanhe essa história nas próximas páginas de **O Sino do Samuel**.

Os editores

Preciosidades da literatura jurídica ao alcance do público

Concentrada num prédio de seis andares, a Biblioteca da Faculdade de Direito reúne um dos acervos mais importantes da área no Brasil

Foto: Andrea Araujo

A Biblioteca da Faculdade de Direito foi fundada em 1892, em Ouro Preto, juntamente à Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais. Hoje, a fachada interna é inspirada no antigo casarão que abrigou a instituição até fins da década de 50

Diariamente, pelo menos 500 visitantes passam pela Biblioteca Lydio Bandeira de Mello, na Faculdade de Direito da UFMG, em busca de conhecimento e informações. Cerca de 60 mil livros estão à disposição da comunidade acadêmica e da sociedade, além das mais de 2.000 teses e dissertações que compõem o acervo.

Vinculada à Biblioteca Universitária (BU) da UFMG, o espaço passa por uma reestruturação desde 2014, quando foram realizadas melhorias estruturais, readequação dos ambientes físicos, redimensionamento de pessoal, higienização de todos os setores e padronização dos processos.

Para Wellington Marçal, diretor da Biblioteca Universitária e do Sistema de Bibliotecas da UFMG, o setor avançou muito na Faculdade de Direito. “Tanto na qualidade quanto na organização interna, a biblioteca vem passando por modificações positivas e que precisam de continuidade”, explica.

Ainda para o diretor da BU, “uma biblioteca bem estruturada é fundamental para o processo de formação do profissional”. Para ele, quanto melhor organizado o local, melhor o atendimento aos estudantes e à comunidade.

Marçal destaca também que, como parte desse processo de reorganização, foi criado o regulamento interno da biblioteca, aprovado pela Congregação e que conta com procedimentos específicos para a utilização do espaço. Até então, não havia normas internas, o que dificultava a organização.

Na área de leitura, o aluno tem à disposição Wi-Fi, estações de estudo e estrutura elétrica para carregar notebooks e tablets. Além do ambiente confortável desse setor, obras de referência, como dicionários, enciclopédias jurídicas, códigos, *vade mecum*, CLT e a Constituição da República estão numa área separada e acessível nas estantes do térreo para facilitar as pesquisas dos usuários.

A aluna do 9º período, Gabriela Fantine, é visitante habitual da biblioteca e destaca a utilidade do espaço desde os primeiros semestres do curso. "A Faculdade tem um dos melhores acervos do Brasil na área de Direito. Estou quase no fim do curso e venho aqui frequentemente para estudar e pesquisar", conta. Gabriela também ressalta que é preciso agilidade na atualização do acervo, pois a área jurídica é muito dinâmica, precisando de renovação periódica dos títulos. O preparo dos funcionários no atendimento ao aluno é outro ponto positivo ressaltado por ela.

De onde vem o acervo?

Além da doação de livros por editoras, a Faculdade realiza permuta dos periódicos produzidos na instituição, como a Revista Brasileira de Assuntos Políticos e a Revista da Faculdade de Direito, com publicações de outros estabelecimentos de ensino. Esse acervo de revistas e jornais já conta com 1.366 títulos.

A biblioteca também recebe uma verba anual da Reitoria da UFMG para a compra de livros novos. As aquisições são feitas de acordo com o processo de reestruturação do espaço e com o regulamento definido em 2014, priorizando as disciplinas básicas dos cursos que compõem a Faculdade: Ciência do Estado e Direito.

Segundo a bibliotecária Maria de Fátima, o acervo atende não só os alunos de graduação, mestrado e doutorado da Faculdade, mas também os interessados na área e a sociedade. "Se pensarmos bem, todas as profissões estão interligadas de alguma forma com a área jurídica, então, outros cursos da UFMG necessitam do acervo do Direito. Isso evidencia a importância da biblioteca da Faculdade", ressalta Fátima.

Obras raras e desbastadas

A biblioteca possui uma área que reúne peças do memorial Casa de Afonso Pena, com fotos e peças que contam a história da Faculdade. Nessa área, também estão exemplares do Diário Oficial da União, datados do período de 1936 a 1990. Após essa data, os documentos já se encontram digitalizados.

No setor de obras raras, estão os livros do acervo pessoal de Assis Chateaubriand. O critério para que essas obram estejam nesse setor da biblioteca é que sejam datadas até 1930. O setor passou por dedetização e desratização, além de ser avaliado por técnicos da BU.

Estão previstas a realização do inventário geral desse acervo e a análise técnica sobre o manuseio adequado das obras raras. De acordo com Wellington Marçal, "as obras foram avaliadas e, agora, é preciso identificar e catalogar esses livros, para prepará-los para a circulação em condições apropriadas e de preservação", avalia o diretor da BU.

Ao lado do setor de obras raras, há cerca de 12 mil livros desbastados e em processo de análise para doação, que seguem todos os procedimentos legais para isso. São títulos repetidos, que foram retirados do acervo principal da Faculdade por critérios quantitativos.

Acervo digital

Como investimento da Faculdade de Direito para a modernização e

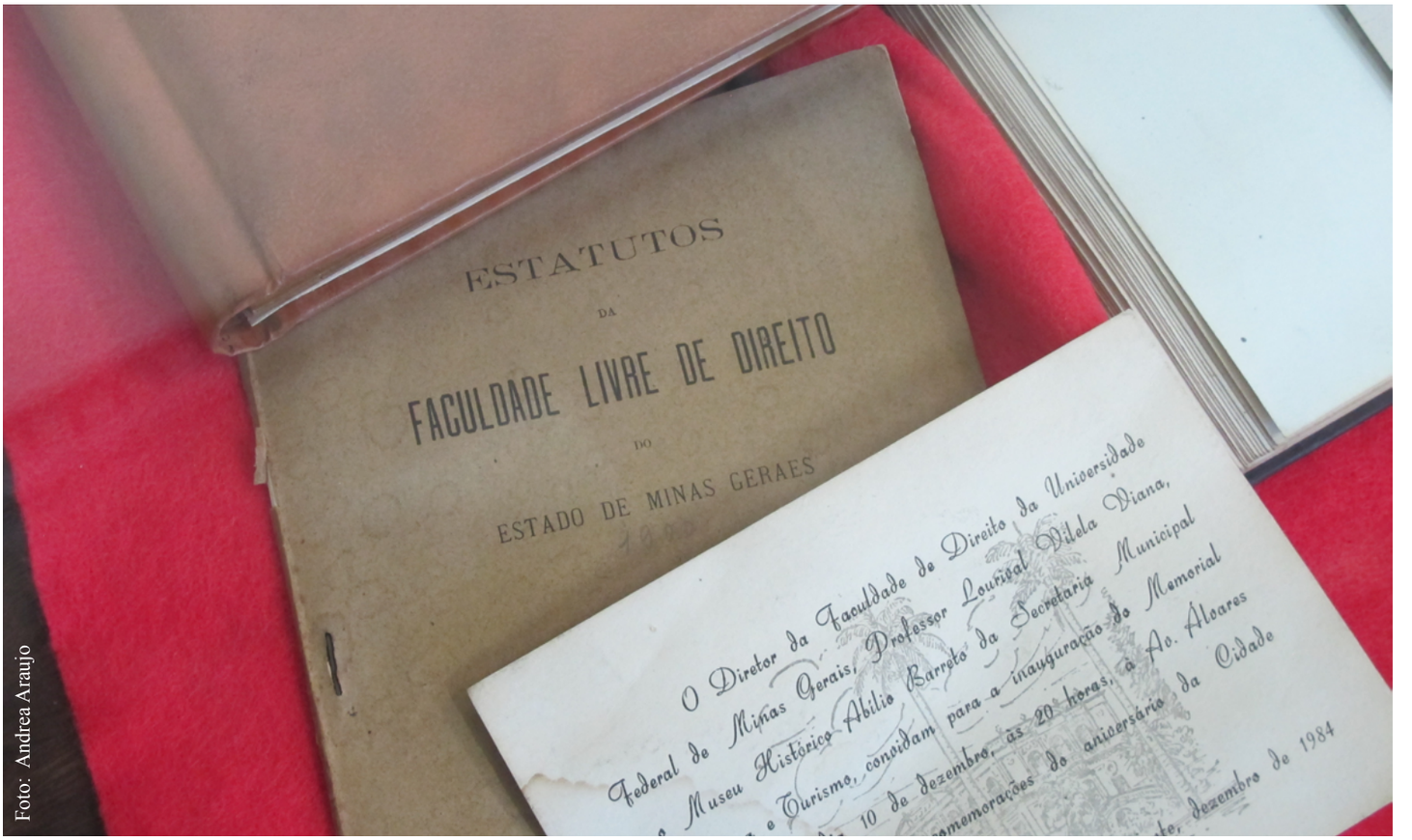


Foto: Andrea Araujo

O memorial Casa de Afonso Pena foi fundado pelo professor Lourival Vilela Viana e conta com peças antigas, como esculturas e quadros

a democratização do acesso à informação eletrônica, a comunidade acadêmica tem acesso à Revista dos Tribunais (**revistadostribunais.com.br**), editada há mais de um século e tida como referência em obras jurídicas no país. Ao todo, são quase 3.000 títulos editados e publicados, incluindo livros, periódicos e produtos digitais. O acesso pode ser feito por meio do login e da senha do serviço "Minha UFMG".

O Portal de Periódicos da Capes (**periodicos.capes.gov.br**) também está disponível para pesquisa, incluindo a área de conteúdo assinado. No portal, podem ser acessados 979 títulos de periódicos on-line e 37 bases de dados.

Segundo o professor Fernando Jayme, diretor da Faculdade, a importância desse acervo é incalculável. "São fontes de pesquisa da maior importância para os alunos e professores da instituição, colaborando para a disseminação do conhecimento de forma mais democrática", vibra.

Além do acervo digital, o banco de dados HeinOnline também está aberto para a pesquisa de professores e alunos *(leia mais sobre essa ferramenta ainda nesta edição de **O Sino do Samuel**)*.

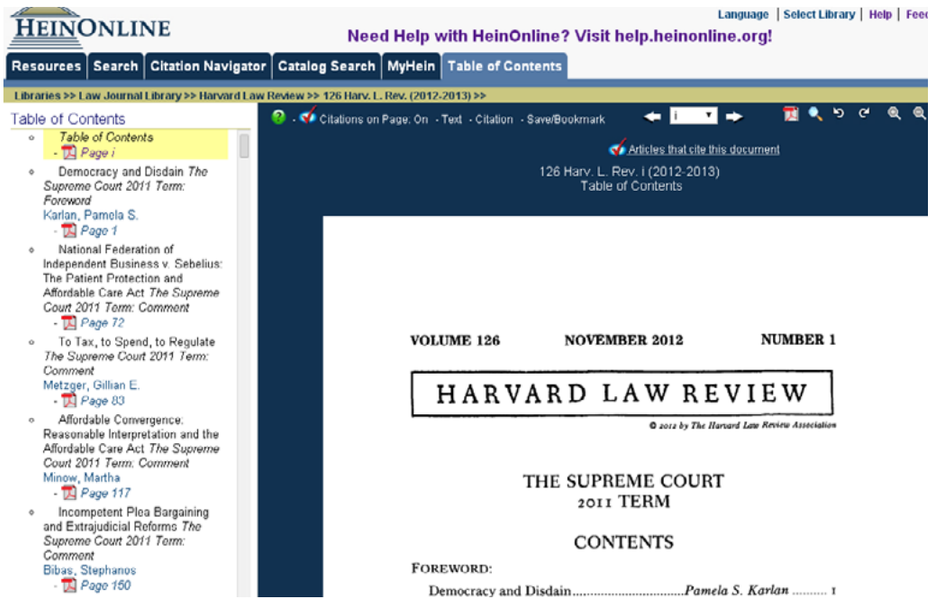
HeinOnline é fonte de pesquisa para comunidade acadêmica

Banco de dados contém textos completos de fontes especializadas, como revistas jurídicas, leis federais americanas e relatórios da Suprema Corte dos Estados Unidos

Alunos, professores e servidores da Faculdade de Direito, agora, têm acesso a um dos maiores bancos de dados para pesquisa do Direito, o HeinOnline. São cerca de 2.000 periódicos, incluindo uma coleção de revistas jurídicas e ensaios, disponibilizados no site **www.heinonline.org/HOL/Welcome** e com acesso permitido por meio do login e da senha da "Minha UFMG".

Para o professor Aziz Saliba, vice-diretor da Faculdade, os artigos jurídicos são uma das fontes mais relevantes para se aprofundar em temas da área. Porém, alguns entraves dificultam a assinatura dos periódicos estrangeiros, como o alto custo e os problemas com armazenamento. "A utilização do HeinOnline é a solução adequada para esses e outros problemas, pois reúne inúmeras publicações e possibilita o acesso remoto, com custo bem inferior se optássemos por assinar cada uma das revistas importantes para a área. Além disso, o mecanismo de busca facilita a vida de quem está pesquisando, dando rapidez ao processo", explica Aziz.

Os alunos que já utilizaram a ferramenta só veem vantagens.



É o caso de Bruno Biazatti, do 7º período. Membro do Grupo de Estudos em Direito Internacional (Gedi), ele usa o HeinOnline para os mais diversos fins: "Já participei da Jessup International Law Moot Court Competition, representando a UFMG, e o banco de dados foi essencial para minhas pesquisas. Uso também para estudos de iniciação científica e trabalhos corriqueiros de sala de aula".

São mais de 23 milhões de páginas em PDF, com mapas, gráficos, tabelas, imagens, informações escritas à mão, fotografias e notas de rodapé, digitalizados a partir de publicações originais, o que destaca o valor histórico do banco de dados. A maioria dos periódicos está disponível desde o primeiro volume até o mais recente, com documentos que datam desde o ano de 1700.

As instruções para o acesso remoto (fora da UFMG) serão disponibilizadas em breve no site da Faculdade de Direito.

Site da Faculdade de Direito tem área para notícias

Com o intuito de informar a comunidade acadêmica e a sociedade sobre o que acontece na Faculdade de Direito da UFMG, o site **www.direito.ufmg.br** passou a contar com uma área para notícias. Informações como congressos, palestras e decisões dos principais tribunais do país, além de notícias sobre a instituição, estão na pauta, tornando mais dinâmico o acesso ao usuário.

As sugestões de matérias para o site podem ser enviadas para o e-mail **faculdadedireito@partnerscom.com.br.**

Congresso presta homenagem ao professor João Baptista Villela

Com o tema *Relações patrimoniais privadas*, o Congresso de Direito Civil será realizado na Faculdade de Direito da UFMG, nos dias 7 e 8 de maio, no auditório Maximum Alberto Deodato. O evento é organizado pela Faculdade e pelo Instituto de Direito Privado (IDP), e conta como 12 horas complementares nos históricos dos alunos participantes. O congresso é também uma homenagem ao professor João Baptista Villela, docente emérito da Faculdade e diretor do Centro de Estudos em Direito Privado.

Entre os participantes das mesas de debates, estão Áurea Brasil, desembargadora do Tribunal de Justiça de Minas Gerais; Rodrigo Broglia Mendes, professor da USP; e Giovanni Ettore Nanni, professor da PUC/SP; além dos professores da UFMG, da Escola de Direito Dom Helder Câmara, da Faculdade de Milton Campos e da Faculdade Newton Paiva.

A solenidade de abertura será às 19h30, no dia 7 de maio. No dia 8, o evento será realizado das 8h30 às 18h30. O valor do investimento para alunos é de R$30, e para profissionais, de R$100. A pré-inscrição pode ser feita pelo link **www.fesmpmg.org.br/novo/cursos_conteudo/57.**

De olho na reforma curricular

Pauta de interesse para alunos e professores da Faculdade de Direito, a série de mudanças no ensino jurídico gera expectativas

A Comissão para a Reforma Curricular, também chamada de INOVAR, foi instituída pelo Colegiado de Graduação da Faculdade de Direito da UFMG em 2014, com o intuito de envolver, de modo mais amplo, a comunidade acadêmica no debate sobre as mudanças no ensino jurídico. Por isso, o trabalho dos estudantes que compõem a Comissão gira em torno de três eixos: comunicação, investigação e participação.

A INOVAR, por meio dos alunos de graduação, Bárbara Nogueira, Lorena Amaral, Letícia Birchal e Samuel Maia, e do mestrando em Direito, Guilherme Leroy, conversou com **O Sino do Samuel** sobre a possibilidade de mudança na estrutura curricular da Casa de Afonso Pena. A última reforma desse tipo foi realizada em 2007.

O Sino do Samuel: Como surgiu a necessidade de reforma no currículo da Faculdade? O que precisa ser alterado no currículo atual?

INOVAR: Há um sentimento de insatisfação entre alunos e professores quanto à estrutura do currículo e, principalmente, quanto às práticas da Faculdade. Questionam-se, por exemplo, a divisão atual das turmas, que faz com que o professor tenha que repetir num dia a mesma aula duas vezes; a insuficiência do número de optativas ofertadas; e a rigidez da estrutura curricular atual.

Cabe, no entanto, apontar que a INOVAR não parte de uma premissa absoluta de necessidade de reforma. Estamos fazendo um trabalho de investigação que pode ou não gerar uma nova proposta curricular.

De toda forma, as principais críticas não envolvem apenas questões sobre conteúdo, diretamente ligadas ao currículo. Dizem respeito também ao processo educacional como um todo, desde a relação entre aluno e professor, passando pelos métodos didáticos – onde atualmente predomina o modelo da aula expositiva – e pela importância da valorização de outros meios de aprendizado, como a extensão e a pesquisa.

SS: Qual a importância dessa reforma para o estudo e a prática do Direito?

IN: A reforma curricular relaciona-se diretamente com o estudo do Direito e seu fazer prático. Engana-se quem enxerga o assunto como relevante apenas para professores ou interessados na carreira acadêmica. A reforma curricular alteraria o cotidiano dos alunos da Faculdade, principais destinatários da reforma, e afetaria, sobretudo, questões bem práticas para o futuro operador do Direito, como: Quais disciplinas, conteúdos e problemas ele deveria estudar? Quais percursos ele poderia adotar em seus estudos? Como seriam regulados os estágios que ele deve fazer? Os temas a serem discutidos são muitos.

A reforma curricular, caso venha a ser concretizada, tem o desafio de acompanhar as mudanças dos perfis de alunos, de professores e da sociedade em que vivemos. Nos últimos anos, não há dúvida de que as necessidades e as cobranças se alteraram, da mesma forma como os desafios e as oportunidades para os estudantes, seja enquanto estagiários, seja depois de formados. Por ser um campo essencialmente extenso, o Direito precisa de profissionais que compreendam sua amplitude. Ao mesmo tempo, o mercado, não raramente, busca profissionais especializados.

Além disso, não podemos nos esquecer de que estamos em uma universidade pública, pautada pelo tripé do ensino-pesquisa-extensão. Uma eventual reforma também deve observar cada um desses três aspectos.

SS: O que a mudança curricular privilegia?

IN: Por estarmos finalizando o processo de democratização da

discussão, não há ainda propostas concretas. De toda forma, seria adequado dar um tratamento mais isonômico para o ensino, a pesquisa e a extensão, conforme dispõe o artigo 207, da Constituição Federal. A forma como isso deve ser feito é um dos grandes desafios na estruturação de uma nova grade curricular.

SS: O quanto é positivo o fato de professores e alunos estarem juntos no desenvolvimento de um novo currículo para a Faculdade de Direito?

IN: A participação dos diferentes sujeitos que compõem a Faculdade não é apenas enriquecedora, mas fundamental para que o currículo projetado cumpra seus propósitos. Os alunos conseguem experimentar um pouco do método de cada professor e são os principais afetados pela organização do currículo. Os alunos egressos, inclusive, podem contribuir com elogios e críticas a aspectos que foram determinantes após a conclusão do curso. Por outro lado, os professores já possuem extensa experiência docente, podendo entender melhor o funcionamento do processo de ensino, até porque já foram alunos também.

Unir tantos esforços em torno de um objetivo comum poderá render grandes frutos para a melhoria contínua da formação dos alunos e da vivência acadêmica dos professores.

SS: Qual é o papel da INOVAR nesse processo de mudança?

IN: Somos uma comissão nomeada pelo Colegiado, com a função de fomentar o debate, integrar a discussão no meio acadêmico, opinar sobre a necessidade ou não de reforma curricular, e, havendo esta, opinar sobre o que mudar e como mudar. Desde o início, o trabalho foi pautado pelo compromisso de abrir ao máximo a discussão para os interessados, sejam eles alunos, professores ou servidores. Durante nossos trabalhos, estamos tentando colher o maior número de visões sobre o tema e, ao mesmo tempo, envolver a Faculdade com o assunto, colocando a discussão "na boca das pessoas". Cabe dizer: continuamos abertos para sugestões e críticas.

"As principais críticas [da reforma curricular] não envolvem apenas questões sobre conteúdo. Dizem respeito também ao processo educacional como um todo."

SS: Quais passos já foram dados e quais serão os próximos?

IN: Durante o segundo semestre de 2014, foram realizados diversos eventos, fundados nos seguintes eixos: investigar, comunicar e participar. No eixo da investigação, o intuito foi conhecer melhor nosso ambiente acadêmico. Um exemplo disso foi a aplicação de questionários para alunos e professores. No item sobre comunicação, abrimos espaço para o debate sobre a vida acadêmica, em que se destaca a criação de uma página no Facebook: **fb.com/inovarensinojuridico**. Por fim, para estimular a participação, tentamos aprimorar o engajamento de alunos e professores nas discussões sobre o currículo, realizando reuniões com os professores e rodas de conversa com os alunos, além de eventos sobre educação jurídica, como a Semana Zero, que abriu o primeiro semestre de 2015.

Para este ano, estamos estudando as normas e diretrizes curriculares do MEC, da Universidade e da Faculdade, para que possamos entender melhor as regras que atravessam essa discussão. Para tanto, temos um grupo de estudos sobre educação jurídica, com participação aberta a novos alunos interessados. Nossas reuniões são às segundas-feiras, das 17h às 19h, no 5º andar do prédio da graduação.

Além disso, já foram iniciadas discussões com o Colegiado e com os professores do Núcleo de Docência Estruturante (NDE) para o planejamento de uma proposta de reforma curricular que deve ser apresentada no primeiro semestre do ano que vem.

Informativo digital da Faculdade de Direito da UFMG.

Diretor da Faculdade de Direito: professor Fernando Gonzaga Jayme - **Fundador deste jornal:** professor Aloízio Gonzaga de Araújo Andrade - **Jornalista responsável:** Ana Carolina Bicalho – 11867/MG - **Redação:** Andrea Araujo - **Diagramação:** Anelise Dias Giordani - **Revisão e produções editorial e gráfica:** Partners Comunicação Integrada – (31) 3029-6888/www.partnerscom.com.br